



**ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 08, 09 E 10 DE SETEMBRO DE 2008**

1 Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e oito, às nove horas, na Procuradoria  
2 Geral da República, SAF SUL, Quadra 04, Lote 03, Bloco B, 5º andar - Brasília, foi  
3 realizada a Quinquagésima Nona Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos  
4 da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), para a realização da sexagésima  
5 reunião ordinária, sob a **Presidência** do Senhor **Alexandre Carvalho Baroni**, com a  
6 presença dos seguintes **Conselheiros**: Janilton Lima, Confederação Nacional do  
7 Comércio (CNC); Izaias Dias, Central Única dos Trabalhadores (CUT); Cláudia  
8 Fonseca, Associação Brasileira de Medicina Física e Reabilitação (ABMR); Shiley  
9 Vilhalva, (FENEIS); Adilson Ventura, (UBC); Ronaldo Tavares, Federação Brasileira de  
10 Entidades de e para Cegos( FEBEC); Adinilson Marins dos Santos, Federação  
11 Nacional das APAE's (FENAPAE); Antônio Carlos Sestaro, (FBAS-DOWN); Maria do  
12 Carmo Tourinho, (ABRA); Lúcia Zacheu, Associação de Pais e Amigos de Pessoas  
13 Portadoras de Deficiência dos Funcionários do Banco do Brasil (APABB); Alexandre  
14 Baroni, Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente (CVI); Maria Naíse de  
15 Moraes Pedrosa e João Ferreira Lima (ONEDEF); Valdenora da Cruz Rodrigues,  
16 Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase, (MORHAN);  
17 Celso Lourenço Moreira Correa, Casa Civil da Presidência da República; Izabel Maria  
18 Maior e Niuzarete Margarida de Lima, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da  
19 Presidência da República (SEDH); Martinha Clarete Dutra, Ministério da Educação;  
20 Elyria Yoshida Credidio, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome;  
21 Érika Pisaneshi, Ministério da Saúde; Marcos de Souza Bandeira, Ministério do  
22 Transportes; Rogério Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego; Raimundo Nonato  
23 Souza, Ministério da Previdência Social; Representante dos Conselhos Estaduais:  
24 Maurício Peçanha, CONPED/MG; Representante dos Conselhos Municipais: Márcio  
25 Aguiar, CMDPD/Niterói.. **Abertura da Reunião Ordinária:** 1) A reunião foi presidida  
26 pelo presidente do CONADE, Sr. **Alexandre Carvalho Baroni**, que abriu a reunião

27 saudando todos os presentes. Deu-se seqüência aos trabalhos. **1. Aprovação das**  
28 **Atas da 57ª e 58ª Reunião Ordinária do CONADE.** Aprovada a ata da 57ª Reunião  
29 Ordinária por unanimidade. Na votação da Ata da 58ª Reunião Ordinária, a conselheira  
30 **Rosângela da Silva (FARBRA)** solicitou alteração dos trechos sobre sua fala, ficando  
31 a aprovação da ata da 58ª suspensa até a próxima reunião. **2. Aprovação da**  
32 **Proposta de Pauta da 59ª Reunião Ordinária.** Aprovada a proposta de pauta. **3. Debate**  
33 **Interno sobre o Eixo Temático da II Conferência “Saúde e Reabilitação Profissional” com**  
34 **o objetivo de aprofundar o tema no âmbito do CONADE.** O presidente **Alexandre Baroni**  
35 convidou para compor a mesa a **Sra. Ana Rita de Paula**, psicóloga, consultora da Sorri  
36 Brasil e de outras organizações não-governamentais e órgãos públicos municipais,  
37 estaduais e federais. Esclareceu que Ana Rita recebeu, entre outros, o prêmio Direitos  
38 Humanos da Universidade de São Paulo em 2001 e o prêmio Nacional de Direitos  
39 Humanos outorgado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da  
40 República em 2004, e que Ana Rita é Mestre e doutoranda em Psicologia Social,  
41 Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo; há trinta anos faz parte  
42 da liderança do Movimento pela Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.  
43 Convidou ainda a **conselheira Érika Pisaneschi (Ministério da Saúde)** para compor a  
44 mesa. O presidente **Alexandre Baroni** esclareceu que durante a Conferência Nacional  
45 da Pessoa com Deficiência serão realizadas três mesas que versarão sobre os cinco  
46 eixos da Conferência e que por isso, a partir da indicação do Ministério da Saúde, e do  
47 reconhecimento do trabalho da palestrante, realizou-se o convite da palestra. A  
48 intenção seria fazer uma discussão do tema saúde. O presidente **Alexandre Baroni**  
49 esclareceu ainda que o CONADE entendeu que na comissão organizadora da  
50 Conferência os conselheiros do CONADE terão que ser os mediadores, os facilitadores  
51 nos grupos de trabalho, por isso seria preciso estarem muito afiados sobre os cinco  
52 temas a serem discutidos na Conferência. E a importância da palestrante era sua  
53 experiência na área de saúde. A conselheira **Érika (Ministério da Saúde)** fez o papel  
54 de debatedora e de apoio do Ministério da Saúde. A **Sra. Ana Rita de Paula**  
55 cumprimentou a todos os presentes e agradeceu o convite para participar da Reunião  
56 com a conversa sobre saúde e pessoa com deficiência. Disse que gostaria de situar um  
57 pouco seu lugar de fala, afirmando que “na verdade eu tenho um pé em cada canoa, ou  
58 melhor, várias rodas em várias canoas.” Disse que há muito tempo milita no movimento  
59 de pessoas com deficiência e que na Secretaria de Estado da Saúde em São Paulo  
60 implantou junto com um grupo de profissionais e de pessoas com deficiência o  
61 Programa Estadual de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência no Estado. Fez

62 ainda junto ao Programa Nacional de Atenção à Pessoa com Deficiência vários  
63 trabalhos. Desenvolveu ainda um trabalho acadêmico com relação ao mestrado, ligado  
64 a questão da condição feminina e deficiência física e no doutorado estudou as  
65 instituições para pessoas com deficiência. Disse que é alguém que participou da  
66 história da constituição do atendimento a pessoa com deficiência no SUS, nos  
67 primórdios do SUS. Esclareceu que iria fazer uma dobradinha com a conselheira Érika  
68 (Ministério da Saúde), colocando algumas questões que ela provavelmente iria poder  
69 responder a muitas dúvidas da plenária com relação à implementação prática da  
70 Política Nacional através do Ministério da Saúde. Seguiu-se então a exposição e o  
71 debate. Na parte da tarde, o presidente **Alexandre Baroni** convidou o ex-goleiro **Paulo**  
72 **Victor** para dar os informes gerais sobre a Campanha da Acessibilidade do CONADE.  
73 Segundo o presidente o ex-jogador tem sido uma pessoa ligada ao GDF que tem  
74 contribuído de forma expressiva e bastante significativa para que a campanha tomasse  
75 novo rumo e avançasse na questão das novas adesões. O Sr. **Paulo Victor**  
76 Cumprimentou a todos e lembrou que na Conferência Estadual do Rio de Janeiro foi  
77 conseguida a adesão de Roberto Dinamite, Presidente do Vasco. Lembrou que Zico já  
78 assinou a adesão, o Botafogo Futebol e Regatas, o Jairzinho na Conferência do Rio de  
79 Janeiro e o Fluminense que aderiu à campanha e vai assinar na quinta-feira junto com  
80 o Santos Futebol Clube. Disse que no jogo de domingo do dia 14, entre Santos e  
81 Fluminense na Vila Belmiro os jogadores e as crianças portadoras de deficiências  
82 adentraram ao campo com a camisa da campanha. Segundo o ex-jogador estão  
83 conseguindo trazer pessoas importantes que vão lutar com eles. Disse que não estão  
84 medindo esforços para buscar mais amigos, mais adeptos para a causa. Disse ainda  
85 ter certeza que outros virão, que provavelmente na segunda-feira em Brasília o  
86 Corinthians vai assinar também. O presidente **Alexandre Baroni** disse que está se  
87 fazendo um plano de ação com relação à campanha. Disse que na medida em que os  
88 clubes vão aderindo os outros também vão querer aderir. Logo em seguida o  
89 presidente chamou para a mesa a **Sra. Leila Cannalunga**, que é bacharel em Serviço  
90 Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Chefe da Divisão de Reabilitação  
91 Profissional da Coordenação Geral de Benefícios por Incapacidade do INSS, e membro  
92 do Comitê de Ajudas Técnicas, CAT, da Secretaria Especial de Direitos Humanos. A  
93 Sra. Ana Cannalunga cumprimentou a todos e esclareceu que trabalha no INSS e  
94 chefia a área de reabilitação profissional. Lembrou que já fez parte do Conade e que  
95 nunca deixa de fazer parte de movimento em que está sempre engajada, e ainda que  
96 hoje está como representante do Ministério no CAT, que é muito ligado ao CONADE.

97 Disse que já esteve, por duas vezes, como conselheira: uma vez como suplente é outra  
98 vez como titular, e que assim vai passando pelos lugares, conhecendo, ampliando e  
99 gostando cada vez mais. Disse que se fala muito de reabilitação profissional, só quem  
100 faz reabilitação profissional no país é o INSS, mas ele é um grande desconhecido, pois  
101 o programa é pouco divulgado. O próprio INSS divulga muito pouco e estão num  
102 trabalho enorme agora para que se possam retomar todas as ações que tinham  
103 antigamente. Seguiu-se a palestra e posteriormente o debate. Logo após este processo  
104 o presidente agradeceu a presença e a disponibilidade da Sra. **Ana Cannalunga**, que  
105 se prontificou para auxiliar o Conade no que for preciso. **4. Informes da II Conferência**  
106 **Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência** – O presidente **Alexandre Baroni**  
107 lembrou que na pauta há uma questão do informe da Conferência Nacional, e que  
108 tinham pensado em falar um pouco das conferências estaduais. Com relação à  
109 Conferência Nacional lembrou que foi realizada uma reunião no dia 4 de agosto da  
110 comissão organizadora da Conferência e que no dia 4 de agosto fizeram a última  
111 reunião e trabalharam questões logísticas. Disse que o mais importante de colocar ali  
112 era principalmente a questão do formato da Conferência. Disse que se partiu do  
113 princípio que a proposta que havia sido trazida era uma proposta interessante e ficou  
114 definido na comissão organizadora para a deliberação final na reunião ordinária que  
115 teriam o seguinte formato na Conferência: o primeiro dia da Conferência seria o  
116 regimento interno e abertura. O segundo dia da Conferência teriam três mesas  
117 redondas, sendo duas na parte da manhã - Saúde e Reabilitação Profissional,  
118 Educação e Trabalho na parte da manhã; e acessibilidade na parte da tarde e aí a  
119 teriam ainda na parte da tarde a reunião das delegações dos conselhos estaduais, que  
120 foi uma demanda do terceiro encontro. Depois no outro dia, no terceiro dia teriam a  
121 questão das discussões em grupo, e aí a comissão teve uma nova leitura, na verdade a  
122 tinham pensado em trabalhar por temas, por grupos temáticos. Então um grupo  
123 trabalharia saúde, o outro educação, e aí numa discussão que a comissão teve  
124 entendeu que isso talvez não funcionasse, porque seria inviável dividir as pessoas por  
125 temas. Então provavelmente já cairiam naquela idéia de que o tema educação teria  
126 provavelmente 300 interessados, reabilitação profissional porque ninguém domina  
127 muito teria 50, enfim, seria extremamente complicado e desgastante para a comissão  
128 organizadora. O presidente lembrou que a comissão ficou tentando pensar como dividir  
129 esse grupo de pessoas, e aí nessa rediscussão entendeu-se que a melhor proposta  
130 seria que todos os grupos, os 10 grupos discutissem todos os temas. Então todas as  
131 pessoas teriam condição de interferir em todos os temas, fazendo propostas até porque

132 a idéia é que as propostas sejam baseadas nas propostas dos Estados. No segundo  
133 dia o trabalho em grupo seria dessa forma, depois ao final do segundo dia, aliás, já do  
134 terceiro dia, teriam os painéis temáticos, aqueles 10 painéis temáticos que está por  
135 definição. Isso no dia 3, na verdade dia 3 de dezembro onde se comemora o dia da  
136 pessoa com deficiência e tem a questão da parte cultural. E no último dia teria a  
137 plenária o dia todo e a eleição, o processo de eleição dos conselhos e da sociedade  
138 civil no final da tarde, às 17 horas. Essa seria a proposta da comissão organizadora  
139 para o formato da Conferência. O presidente abriu para a Plenária. O presidente  
140 esclareceu que, de acordo com a comissão, teriam 270 propostas sobre cada tema.  
141 Seriam assim 10 propostas de cada estado, por exemplo, saúde, cada estado iria  
142 mandar 10 propostas sobre a questão da saúde. A proposta seria então que os 10  
143 grupos vão discutir - todos eles – vão discutir as 27 propostas, ou seja, 270 propostas,  
144 total somando todos os 5 eixos. No final a idéia seria que cada um dos grupos saia com  
145 5 propostas, assim teriam 50 propostas para a plenária final. O presidente lembrou que  
146 dentro do espaço físico tem grupos que vão ficar um pouco maiores, um pouco  
147 menores por conta do espaço, mas em média entre 80, 90, 100 pessoas, mais ou  
148 menos esse é o tamanho de cada grupo. Disse que a comissão imaginou o seguinte:  
149 um coordenador eleito pelo próprio grupo, sendo que o grupo escolheria uma pessoa  
150 para coordenar, e um relator técnico contratado para fazer a relatoria. Segundo o  
151 presidente a seria importante retirar dois facilitadores para cada grupo, que seriam  
152 conselheiros do CONADE. Lembrou que são no mínimo 38 conselheiros titulares e que  
153 estarão ainda com 76 conselheiros, titulares e suplentes, porque irão trazer o conselho  
154 todo – assim seriam dois conselheiros por grupo, 10 grupos, então seriam 20  
155 conselheiros. Os outros conselheiros ficariam à disposição, sendo fundamental a  
156 presença. A questão seria formar os pequenos grupos e os times para coordenar e  
157 facilitar o trabalho nos grupos. Lembrou que os trabalhos em grupos serão gravados  
158 como é feito nas reuniões ordinárias do Conade, para ter perigo nenhum de perder  
159 propostas. A conselheira **Shirley Vilhalva** disse estar um pouco preocupada em  
160 relação à organização e a vinda de intérpretes de língua de sinais enquanto  
161 acompanhantes; e também com a questão do mediador, porque esses diferentes  
162 mediadores têm dialetos, regionalidades que são diferentes e que podem interferir na  
163 interpretação dependendo da fluência e qualificação desse intérprete. Lembrou que há  
164 muitas reivindicações dos surdos em relação a uma qualidade comprometida de  
165 intérpretes que já participaram de algumas conferências, então quando um surdo é  
166 mediador, um surdo, por exemplo, do Sul, outro do Norte, em diferentes espaços há

167 que haver na seleção desses intérpretes para que estejam dando conta do seu  
168 trabalho. Disse que esta é uma reivindicação dos surdos, conselheiros de outros  
169 estados que compartilham da mesma preocupação. Acredita que deve ser priorizada a  
170 questão e encaminha à comissão organizadora, sendo que na contratação de  
171 intérpretes há que haver uma seleção séria para que não seja qualquer profissional que  
172 esteja ocupando a função. A coordenadora da Corde e conselheira **Izabel Maior**  
173 esclareceu que agora houve a certificação, houveram as provas realizadas com o MEC  
174 em parceria com a Universidade de Santa Catarina, e então o que daria para fazer é  
175 colocar no termo de referência da contratação que sejam intérpretes certificados. Disse  
176 que não podem fazer escolha pessoal de intérprete, pois isso não existe dentro da lei  
177 da contratação para o serviço público. Então o grande diferencial agora é que sejam  
178 intérpretes certificados. E aí a empresa ou a instituição que vier a ganhar a licitação vai  
179 se adequar a essa exigência. **5. Relato da representação do CONADE nas Conferências**  
180 **Estaduais.** Sobre a questão das conferências estaduais o presidente disse ser um  
181 informe muito breve. Disse que estão sendo reunidos os relatórios e que ainda durante  
182 a semana próxima ainda havia mais 07 conferências para terminar o processo das  
183 conferências estaduais e aí teriam todos os relatórios, tanto dos conselheiros que  
184 estiveram nas conferências como os relatórios dos estados, e aí poderiam  
185 disponibilizar no site da Conferência, que está praticamente finalizado, na pior das  
186 hipóteses até o final do mês. Terminou os informes agradecendo aos conselheiros que  
187 se dispuseram a fazer as conferências estaduais, a estar presentes, todos os que  
188 foram e não são poucos. Ressaltou que se tentou priorizar os conselheiros que estão  
189 na comissão organizadora da Conferência, que esse foi o critério escolhido, até porque  
190 estão próximos da discussão. Disse ainda que vários conselheiros que não fazem parte  
191 da comissão também foram às conferências estaduais. Que apesar dos problemas as  
192 conferências estaduais tiveram resultados positivos. **Dia 10 de setembro de 2008 –**  
193 **Continuação da Reunião:** O conselheiro **Ronaldo Tavares** lamentou que alguns  
194 companheiros conselheiros estavam sem receber as suas diárias e tendo que arcar  
195 com despesas de alimentação, transportes e outras. Disse ser muito complicado as  
196 pessoas saírem das suas cidades, virem participar da reunião do CONADE e não  
197 estarem contando com a diária que lhe é devida. O conselheiro **Márcio Aguiar** disse  
198 que também gostaria que ficasse consignada em ata a questão referida pelo  
199 conselheiro Ronaldo porque seria lamentável que os conselheiros se disponham a  
200 trabalhar em benefício da causa das pessoas com deficiência de forma gratuita para o  
201 Governo Federal e que as diárias não tenham sido depositadas até a saída do hotel.

202 Disse que saiu do hotel, e teve que arcar com as despesas do seu próprio bolso desde  
203 que chegou em Brasília, tendo que adiantar o dinheiro na expectativa de receber a  
204 diária. Disse que isso já aconteceu também durante as conferências estaduais quando  
205 foi representar o CONADE, quando encerrava a missão, voltava para casa e recebia a  
206 diária um dia depois. Disse que a equipe do CONADE sempre envidou esforços para  
207 que isso não acontecesse e infelizmente por problemas alheios a vontade da equipe do  
208 CONADE isso vem acontecendo sistematicamente. O conselheiro **Maurício Peçanha**  
209 disse que também gostaria que constasse em ata também a questão das diárias, que  
210 sabe muito bem da forma que os funcionários, que o pessoal do CONADE trabalha em  
211 prol de que as coisas aconteçam da melhor forma possível, mas que gostaria que o  
212 tratamento fosse dado aos conselheiros de forma mais digna com relação à própria  
213 expectativa que fica em cada um, porque no último dia, ele não pagou o hotel e eles  
214 ainda estão aguardando lá. A conselheira **Rosângela da Silva**, na mesma direção,  
215 disse que quando os conselheiros saem de casa por uma semana, por exemplo, como  
216 era o caso, o CONADE teria que ter mais infra-estrutura para os conselheiros. Os  
217 gastos são muitos e nem todas as entidades têm recursos para bancar: telefone, uma  
218 série de coisas quando está fora das suas entidades. Então acha que o CONADE tem  
219 que ter infra-estrutura para dar essa infra-estrutura aos conselheiros para eles poderem  
220 resolver seus problemas inclusive pessoais para não estar dependendo de setores.  
221 Acha importante fazer uma reunião sobre a infra-estrutura do CONADE para poder  
222 discutir isso e trazendo sugestões para construir isso junto. O presidente **Alexandre**  
223 **Baroni** esclareceu que sobre a questão das diárias sua situação não era diferente dos  
224 demais, pois não teve até o momento as diárias depositadas, e que enfim, a questão  
225 não era da estrutura do CONADE, o técnico José Carlos tem feito absolutamente todo  
226 empenho e todo trabalho para que isso aconteça, mas que eventualmente isso cai num  
227 grande bolo, na Secretaria muitas vezes acaba emperrando em algum espaço. Então,  
228 a questão da estrutura é fundamental, importante, mas é algo que vem sendo  
229 construído, que já melhorou muito, e obviamente vai ter que avançar. Disse que estava  
230 em estudo para saber onde foi o problema e dar uma solução antes que os  
231 conselheiros saíssem da Reunião. A **secretária executiva Márcia Melo** esclareceu  
232 que uma das coisas que também afeta esse processo são as passagens que são feitas  
233 em cima da hora, que quanto mais demora a confirmação se o conselheiro vem ou não  
234 vem, e que vôle ele quer, também influencia, ou seja, chega na Secretaria atrasado,  
235 chega fora do prazo, cai nesse bloco de outras passagens, enfim, acha que se cada  
236 um fizer a sua parte é possível melhorar essa situação. **6. Informe das Comissões**

237 **Permanentes.** COMISSÃO DE ATOS NORMATIVOS – O conselheiro **Rogério Reis**  
238 iniciou o relato com um processo de 2006, que sempre foi pedido a ANATEL para  
239 verificação de algumas irregularidades sobre telefone fixo para surdos. Já teve  
240 resposta da ANATEL de algumas verificações de irregularidades sobre cobranças para  
241 instalação desses telefones e essa informação já foi passada para a FENEIS, pois  
242 quem demandou esse processo foi a FENEIS. E agora foi recebido mais um ofício do  
243 Ministério das Comunicações que ele na verdade relata quais são as condições para se  
244 conceder o telefone; como é que os surdos têm acesso aos telefones e suas tarifas.  
245 Como é uma coisa muito técnica decidiu-se encaminhar novamente para a FENEIS  
246 para verificar se tem alguma demanda em cima disso porque lá no final desse informe  
247 eles abrem a possibilidade até de mudar alguns critérios para quem tenha um novo  
248 contrato a ser efetuado; então estão encaminhando isso para a FENEIS para ela  
249 avaliar e retornar para demandar o Ministério das Comunicações. O próximo é sobre a  
250 isenção de ICMS para veículos destinados à pessoa com deficiência. Foi feita a  
251 demanda para o CONFAZ, e o CONFAZ respondeu que teria reunião essa semana, um  
252 grupo de trabalho verificar a possibilidade de fazer essa isenção em todos estados. Foi  
253 feito um contato com o CONFAZ para saber quando era reunião. A reunião do GT do  
254 Grupo de Trabalho do CONFAZ que analisará o pleito do CONADE baseado no  
255 parecer CAN-112, isso já tinha sido enviado anteriormente para eles, será nessa  
256 semana de 9 a 11 de setembro. No momento não havia convidado do CONADE para  
257 participar desse grupo de trabalho. Se houver intenção de solicitar a participação de  
258 algum representante do CONADE deverá ser feito contato com o secretário-executivo  
259 do CONFAZ, mas não há garantia de atendimento do pleito para participação. Essa  
260 reunião é de três dias seguidos, já estava acabando, então não daria tempo. Eles irão  
261 estudar baseado no parecer que o CONADE já mandou, fazem a conclusão e depois  
262 de três meses apresentam no CONFAZ para deliberação. Como não conseguiram  
263 participar do grupo talvez depois fazer um contato e pedir as conclusões desse grupo  
264 para saber como vai ser no CONFAZ. Esta é a questão da contratação de pessoas  
265 com deficiência na atividade de segurança privada. Já saiu uma resolução que foi  
266 aprovada em plenário. Isso foi encaminhado para o Ministério Público do Trabalho,  
267 para o Ministério do Trabalho e para a Polícia Federal que nesse parecer tinha a  
268 previsão de que ia ser feita a intervenção junto à Polícia Federal para ver a  
269 possibilidade de mudança da portaria deles que impedem as pessoas com deficiência  
270 de sequer conseguir essa certificação como vigilantes e conseqüentemente conseguir  
271 a colocação no mercado de trabalho. A Polícia Federal respondeu com dois pareceres

272 deles. Eles se negam a admitir que as pessoas com deficiência possam fazer o curso  
273 para conseguir a qualificação como vigilantes. Porque eles acham que tem que ter  
274 aquela aptidão física e psíquica. Então entendeu-se que não adianta mandar ofício  
275 mais para a Polícia Federal. Entendeu-se que o mais adequado é a Comissão de Atos  
276 Normativos marcar uma reunião e tentar conversar com a Polícia Federal para que eles  
277 apresentem argumentos mais sólidos dessa impossibilidade das pessoas físicas, e  
278 demonstrar que agora tem um novo marco legal que é a Convenção, que tem que  
279 permitir que as pessoas com deficiência demonstrem as suas capacidades, não é já  
280 podendo sequer dela fazer o curso e tentar mudar isso que é a única mudança. Sobre  
281 o processo eleitoral do CONADE. É aquela coisa de mudar algumas formas de como  
282 se processará a eleição do CONADE. Como já teve aquela manifestação do plenário  
283 da última vez impedindo qualquer alteração para esta eleição entendeu-se que não tem  
284 sentido fazer mesmo que seja uma proposta para que os novos mandatários do  
285 CONADE, na presidência e etc., falar o que ele deve fazer. Quando tiver a posse dos  
286 novos eles irão decidir se devem ou não fazer qualquer alteração. Esse é o  
287 entendimento da Comissão. Aprovado o relatório da Comissão de Atos, passou-se para  
288 o relatório da Comissão de Articulação de Conselhos. COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO  
289 DE CONSELHOS - O conselheiro **Márcio Aguiar** (Conselhos Municipais) disse que o  
290 relatório da Comissão de Atos tem muito das dificuldades discutidas na Comissão de  
291 Articulação de Conselhos. Disse que tiveram uma pauta para analisar toda a demanda  
292 que estava chegando à comissão de articulação de conselhos, e que indo de ponto a  
293 ponto em todos os itens, chegou-se à conclusão, e começaram a discutir a questão das  
294 recomendações - Recomendação 06 que a CAN fez para os conselhos municipais e  
295 estaduais e que ainda estava sendo enviada. Para enviar às prefeituras têm uma  
296 dificuldade, são 5000 prefeituras. E em discussão foi deliberado pela comissão  
297 oficializar ao Ministro solicitando mais uma vez uma melhor estrutura para dar conta  
298 dessas demandas. Solicitando o aumento da equipe do CONADE e uma melhor  
299 estrutura para o CONADE até mesmo em consonância com o que está acontecendo  
300 hoje, questão de diária, enfim, para que as pessoas consigam trabalhar com um pouco  
301 mais de dignidade e conforto dentro da estrutura do CONADE. Disse ser preciso mais  
302 pessoal, mais estrutura para dar conta dessas demandas porque os conselheiros  
303 demandam para a secretaria executiva e efetivamente por mais esforços que se faça  
304 por conta da demanda não se consegue que as coisas aconteçam a tempo e à hora  
305 como se deseja, como é o anseio e como é a expectativa que a sociedade civil tem das  
306 pessoas que vem cumprir o papel de conselheiro. E aí a análise também de todas as

307 demandas que chegaram verificou-se que muitos projetos de lei, lei de criação,  
308 referências, usam a terminologia de várias formas, e aí surgiu a intenção de se fazer  
309 uma recomendação a ser enviada para os conselhos estaduais, para que eles  
310 difundam junto aos conselhos municipais a utilização correta do termo pessoa com  
311 deficiência. Disse que se verifica a expressão portador de deficiência, portador de  
312 necessidades especiais em conselhos de direitos da pessoa com deficiência, então  
313 para que o termo seja adotado de acordo com o decreto legislativo 186 de 2008 que  
314 hoje já é a referência para se utilizar o termo pessoa com deficiência. Sobre as  
315 questões das participações dos conselheiros em conferências, o conselheiro Márcio  
316 disse que essa interface foi feita diretamente nos estados, que foi detectado que é  
317 preciso intensificar essa ação de criação de conselhos em alguns estados como Goiás,  
318 por exemplo, que o conselho estadual não se dispõe por uma posição política dele de  
319 disseminar conselhos municipais pelo Estado de Goiás. Isso não era do conhecimento  
320 dos conselheiros e foi detectado nesse processo de conferências. Disse que no Estado  
321 do Pará a coisa não anda. Amazonas e São Paulo também, apesar de ter um grande  
322 número de conselhos, os conselhos não estão em consonância, alguma parte não está  
323 em consonância com que se preconiza para criação de conselhos, paritários,  
324 deliberativos. O próprio conselho estadual de São Paulo não é paritário nem  
325 deliberativo. É um conselho tripartite consultivo. Então disse ser bom salientar que nem  
326 o conselho estadual de São Paulo segue as diretrizes do CONADE. Analisando alguns  
327 projetos que chegaram foi resolvido encaminhá-los para a Comissão de Atos porque foi  
328 detectado na Lei do Conselho de Maringá - que segundo informação isso já foi  
329 corrigido – que não era paritário. Tinha 10 membros do governo e 12 da sociedade  
330 civil, então era preciso uma análise para saber oficialmente se foi alterado. Em  
331 Cafeilândia e em Taboão da Serra a Comissão de Atos vai verificar se tem uma  
332 representação de entidade de pessoa com deficiência e as demais, todos os  
333 segmentos sociais possíveis e imagináveis desde porteiro, Polícia Militar, enfim, num  
334 conselho de pessoas com deficiência. Então é preciso atentar para isso. E Taboão da  
335 Serra, Cafeilândia e Maringá encaminhar os projetos para análise da Comissão de Atos  
336 para dar um parecer oficial para ser encaminhado uma posição sobre a questão das  
337 diretrizes. Não uma posição impositiva, mas uma observação, uma recomendação para  
338 que se adéqüem. O conselheiro Márcio diz entender que é gravíssimo fazer um  
339 conselho da pessoa com deficiência sem representação do segmento. Foi realizado um  
340 diagnóstico de que toda a proposta de seminários, capacitação de conselhos do  
341 Conade, deve ser retomada em 2009 efetivamente; mas deve-se aproveitar o momento

342 da 2ª Conferência Nacional e colocar esse assunto em pauta porque vai ser o  
343 momento de poder capacitar não só os locais que têm conselhos, mas aqueles  
344 municípios que também não tem conselhos. A Comissão de Articulação de Conselhos  
345 em conjunto propôs a realização de um painel sobre a importância do controle social  
346 nas políticas públicas para a pessoa com deficiência, então foi sugerido um painel: A  
347 importância do controle social nas políticas públicas de governo voltado para a inclusão  
348 e o desenvolvimento das pessoas com deficiência. A Comissão propôs como  
349 painelistas o Professor Edival, que esteve no terceiro encontro de conselhos, Geraldo  
350 Gonçalves Oliveira Filho que é do Conselho Estadual de Assistência Social de Belo  
351 Horizonte, e o representante dos Conselhos Estaduais, Maurício Peçanha que ainda  
352 não sabem se poderá ser painalista, e a coordenação seria o coordenador da  
353 Comissão de Articulação de Conselhos. Isso seria importante para que se discuta todo  
354 o processo de criação, essa recomendação e aproveitar esse momento da Conferência  
355 para que realmente se tenha uma eficácia maior porque inclusive a maioria das  
356 demandas que chegava à comissão era solicitação de material sobre a criação de  
357 conselhos. Disse que numa avaliação muito imediata parecer que as cartilhas podem  
358 não ter chegado aos conselhos municipais, não ter chegado na ponta. O que reflete  
359 nesse processo de criação de conselhos não paritários, consultivos, com formação fora  
360 dos interesses do segmento da pessoa com deficiência e fora desse espectro da  
361 política pública da pessoa com deficiência. A conselheira **Niuzarete** (Corde) fez a  
362 observação sobre a questão das terminologias, que é uma questão geral, da legislação  
363 como um todo e que vai demandar um estudo mais apurado, entendendo que cabe a  
364 recomendação para que a partir de agora fiquem mais atentos a essa questão da  
365 terminologia, inclusive no envio de ofícios deveria citar a questão da convenção, não só  
366 no decreto, mas fazer todo um arrazoado do por que dessa história toda. Com relação  
367 à questão do painel lembrou que houve um prazo para que os conselheiros  
368 apresentassem sugestões de temas para os painéis e esse prazo está encerrado. Os  
369 painéis já estão fechados. O conselheiro **Márcio Aguiar** disse que a comissão entende  
370 a questão do prazo, que é um pedido extemporâneo, mas que se trata de um pedido  
371 conjunto de uma comissão permanente do colegiado e que foi demandado a partir da  
372 participação dos membros nas conferências estaduais que aconteceram inclusive após  
373 o prazo do envio dos painéis. O presidente do Conade esclareceu que existem dois  
374 espaços, duas oportunidades para fazer a discussão do controle social como foi  
375 proposto. Um deles seria nas mesas redondas, onde todos os painelistas terão que  
376 obrigatoriamente abordar a questão do controle social; e no segundo dia, ao final das

377 mesas redondas terá um grupo de trabalho entre os conselhos de forma regional, ou  
378 seja, cada estado vai ter um grupo de trabalho para discutir as questões dentro do  
379 conselho. Então na metodologia do trabalho com relação aos grupos de trabalho dos  
380 conselhos estaduais propôs que se fizesse essa abordagem, mesmo porque seria  
381 difícil trazer para um painel desses dentro daquele espaço físico, não iriam conseguir  
382 ter todo mundo lá porque este é um tema para o plenário, para ser discutido por todas  
383 as pessoas que estão ou que estarão na conferência e não em um painel específico.  
384 Nessa perspectiva, propõe acatarem a solicitação dentro dessa perspectiva e não  
385 obrigatoriamente um painel específico que não iria atingir o número de pessoas que  
386 almejadas ou que precisariam ser atendidas porque as pessoas vão estar divididas nos  
387 dez painéis acontecendo simultaneamente. O conselheiro **Marcos Bandeira** interveio  
388 dizendo que o Professor Edival fez realmente uma palestra extraordinária no terceiro  
389 encontro, propondo que o CONADE o convide para fazer parte da conferência como  
390 observador, observando todos os trabalhos que foram desenvolvidos na conferência e  
391 possa servir para ele de informações e a próxima gestão do CONADE que realize um  
392 seminário sobre controle social. E o Professor Edival estaria coordenando esse  
393 trabalho, colocando todos os pontos positivos e negativos que ele observou na 2ª  
394 Conferência a fim de valorizar e desenvolver o trabalho dos próximos conselhos  
395 estaduais e municipais. Uma vez que nesse momento o painel temático já está  
396 esgotado o prazo. O presidente **Alexandre Baroni** esclareceu que seria o caso apenas  
397 de fazer uma alteração, que ao invés de um painel iriam trabalhar com a possibilidade  
398 de uma mesa no início dos trabalhos dos grupos regionais: Uma mesa-redonda sobre o  
399 tema controle social. Em regime de votação o relatório da Comissão de Articulação de  
400 Conselhos foi aprovado. COMISSÃO DE POLITICAS PUBLICAS – A conselheira **Lucia**  
401 **Zacheu** relatou que estiveram presentes na reunião os conselheiros: Adinilson Marins  
402 da FENAPAE, Andrea Duarte do Ministério da Saúde, Elyria Credidio do Ministério do  
403 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Lúcia Zacheu da APABB, Martinha  
404 Clarete do Ministério da Educação e Érika Pisaneschi do Ministério da Saúde. Foi feita  
405 a leitura de todos os 23 processos em poder da comissão e essa deliberou enviar  
406 mensagem eletrônica para todos os conselheiros que não estavam presentes para que  
407 na próxima reunião da comissão tragam os processos concluídos para que possa ser  
408 levado à plenária de setembro. Isso não aconteceu porque nem todos vieram, mas  
409 trouxeram alguma coisa. O processo sobre as deliberações da 1ª Conferência pós-  
410 leitura foram distribuídos dentro dos segmentos: saúde com 16, educação 10,  
411 acessibilidade 7, previdência 1, e trabalho 5. Os segmentos com maior número de

412 deliberações como saúde e educação ficaram para as conselheiras Érika do Ministério  
413 da Saúde e Martinha do Ministério da Educação, para elas verificarem se referidas  
414 deliberações já haviam chegado àqueles órgãos, se sim já eram matérias vencidas. As  
415 demais deliberações foram distribuídas para as conselheiras Ermelinda do MPS, Lúcia  
416 da APABB e Elyria do MDS. Aqui só um esclarecimento porque algumas deliberações  
417 realmente já tinham sido encaminhadas tanto para a Saúde, para todos os ministérios,  
418 mas algumas ficaram ainda pendentes e essas pendentes é que foram se debruçar em  
419 cima delas para saber em que eixo colocá-las. Quanto às deliberações de âmbito  
420 estadual e municipal a comissão encaminhou para os estados com recomendação e  
421 fundamentação. As deliberações da saúde e educação que não forem de competência  
422 do governo federal retornarão ao CONADE que enviará aos conselhos estaduais e  
423 municipais para que estes tomem as providências necessárias ou cabíveis. Ficou  
424 combinado que a comissão enviará a deliberação de número 232 para o Comitê de  
425 Ajudas Técnicas dado que não ficou claro para a comissão o enunciado e o  
426 encaminhamento dados a essa deliberação. Então a deliberação é garantir a  
427 capacitação de técnicos e profissionais de ensino para a melhoria do atendimento em  
428 reabilitação da pessoa com deficiência utilizando equipamentos adequados aos tipos  
429 de deficiência e firmar parcerias para reabilitação com órgãos governamentais, não-  
430 governamentais e empresas privadas. Encaminhamento: sugerir ao MEC ao TEM  
431 (FAT), MCT, MDS, MPS, Saúde, MDIC, a criação de um programa nacional de fomento  
432 à capacitação, pesquisa, desenvolvimento e produção de tecnologias assistivas. Então  
433 foi encaminhado para a Comissão de Políticas Públicas. A conselheira **Lucia Zacheu**  
434 disse que na verdade a comissão ficou com muitas dúvidas e entendeu que seria  
435 importante encaminhar para o comitê de ajudas técnicas. Na discussão sobre o  
436 processo 45-2006 cujo encaminhamento é instaurar no âmbito do CONADE em fórum  
437 específico para a ampliação do discurso sobre o tema sexualidade da pessoa com  
438 deficiência a comissão entendeu que era possível realizar um painel sobre a  
439 sexualidade, abordagem de questões específicas relacionadas à pessoa com  
440 deficiência na 2ª Conferência do CONADE. O painel será apresentado em sala pré-  
441 estabelecida pela organização do evento. A conselheira Elyria do MDS ficará  
442 responsável por ele e terá ajuda da conselheira Andréa do MS que já havia solicitado a  
443 inscrição desse painel na Conferência no dia 03/07/2008. Foi definido na comissão o  
444 envio de mensagem para os conselheiros do Ministério da Saúde com a finalidade de  
445 pedir sugestões sobre a apresentação do painel. Isso porque o Ministério da Saúde já  
446 vem fazendo esse movimento em vários estados, então eles têm um material muito rico

447 e gostariam de aproveitar, já tem pronto e irão usar o que já tem.. Nada mais a tratar foi  
448 encerrada a reunião pelo coordenador da Comissão de Políticas Públicas o Sr.  
449 **Adinilson Marins**. Esta foi a discussão da comissão de políticas públicas no dia 18  
450 para resolver essas questões. Passou-se para a ata da reunião da comissão de  
451 políticas públicas do dia 8. Foi feita a apreciação de vários processos e alguns não deu  
452 tempo de analisar. Ata da reunião da Comissão de Políticas Públicas realizada em 8 de  
453 setembro de 2008, na sala 328 do edifício-sede do Palácio da Justiça, situado na  
454 Esplanada dos Ministérios, bloco T, Brasília, Distrito Federal. Estiveram presentes os  
455 seguintes conselheiros: Adinilson Marins, da FENAPAE, Andréa Duarte do Ministério  
456 da Saúde, Elyria Credidio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,  
457 Lúcia Zacheu da APABB, Martinha Clarete do Ministério da Educação. Dos 23  
458 processos em poder da comissão 14 serão apresentados na próxima plenária de  
459 outubro e somente 9 serão apresentados a seguir, sendo um deles por despacho  
460 monocrático. O primeiro processo é de 2005, ele passou por várias comissões, mas  
461 chegou de volta para a comissão de políticas públicas e está sendo concluindo: foi  
462 informado a respeito da ampliação do programa de assistência ventilatória a todos os  
463 pacientes com doenças neuromusculares. A conselheira Andréa é a relatora. Trata-se  
464 do ofício nº 205 de 2006, datado de 28/08/2006 do CONADE, solicitando ao Ministério  
465 da Saúde informações a respeito da ampliação do programa de assistência ventilatória  
466 a todos os pacientes com doença neuromusculares. Informações encaminhadas pelo  
467 Ministério da Saúde: A portaria nº 1531/GM de 4 de setembro de 2001 que institui o  
468 programa de assistência ventilatória não invasiva aos pacientes portadores de distrofia  
469 muscular progressiva foi revogada e republicada com alterações, entre elas a  
470 ampliação do programa de assistência ventilatória para pacientes com outras doenças  
471 neuromusculares, conforme consta da portaria 1370 de 3 de julho de 2008. A portaria  
472 nº 370 de 4 de julho de 2008 é complementar à portaria que institui o programa e  
473 estabelece normas e critérios para que os gestores estaduais e municipais organizem a  
474 implantação de serviços aptos a realizarem o atendimento aos pacientes com doenças  
475 neuromusculares no que diz respeito à assistência ventilatória não invasiva. Cópias das  
476 portarias estão anexas ao processo. Encaminhamento: solicitar ao CONADE que  
477 elabore um informativo sobre a publicação da portaria e que seja divulgado em rede  
478 para todos os interessados. Outro processo - Recurso extra-teto aos Centros de  
479 Referência em Hanseníase integrados a 100% ao SUS. É o número 67/2008. A relatora  
480 é a conselheira Andréa Duarte. Assunto: o documento encaminhado ao CONADE pelo  
481 Centro de Referência Nacional em Dermatologia Sanitária e Hanseníase no qual

482 apresenta cópia de ofício nº 017/07 enviado ao Excelentíssimo Ministro da Saúde Dr.  
483 José Gomes Temporão, solicitando recursos extra-teto aos centros de referência em  
484 hanseníase integrado 100% ao SUS. Encaminhamento: a Secretaria de Atenção à  
485 Saúde/SAS/MS recebeu ofício nº 17/7-CREDSH, solicitando recursos extra-teto aos  
486 centros de referência em hanseníase integrados 100% aos SUS e restituiu por meio de  
487 ofício GM/MS nº 2249 de 30 de novembro de 2007 a senhora Isabela Maria Bernard  
488 Gullar, Coordenadora do Centro de Referência Nacional em Dermatologia Sanitária e  
489 Hanseníase esclarecendo que o pedido foi submetido ao conhecimento e manifestação  
490 do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas – DRAC, o qual no  
491 âmbito desse Ministério da Saúde trata de assuntos dessa natureza. Foi enviada cópia  
492 ao CONADE do parecer técnico emitido pelo Departamento contendo as informações e  
493 esclarecimentos sobre o assunto apresentado, ou seja, a grande verdade é que ainda  
494 não tem resposta porque foi, mas não dá pra saber se volta ainda este ano. Esse  
495 processo foi desenvolvido, mas vai ficar na comissão até que seja concluído  
496 definitivamente, pois quando os novos conselheiros chegarem não vão ficar sem saber  
497 o que aconteceu. Processo 66/2007 - A conselheira Andréa é a relatora. O assunto é  
498 mensagem eletrônica da Conselheira Cláudia Fonseca. Solicitar que vote após  
499 explanação uma moção do CONADE quanto à resposta à Associação Brasileira de  
500 Medicina Física e Reabilitação às consultas públicas do tratamento da distonia e  
501 Espasticidade solicitado ao Ministério da Saúde informações sobre as consultas  
502 públicas número 2 e 3, de 13 de setembro de 2007, protocolos e diretrizes sobre o uso  
503 das diferentes toxinas botulínicas tipo A em terapêutica. (Distonia e espasticidade). No  
504 dia 15 de agosto de 2008 foi informado que o protocolo clínico e as diretrizes  
505 terapêuticas sobre o assunto acima citado se encontram em processo de análise pela  
506 Secretaria de Atenção à Saúde – SAS/MS que é responsável pela publicação dos  
507 protocolos. Encaminhamento: o CONADE enviará ofício à Secretaria de Atenção à  
508 Saúde – SAS do Ministério da Saúde solicitando posicionamento relativo às conclusões  
509 da consulta pública. Processo: 72/2008. Mensagem eletrônica enviada pelo senhor  
510 Paulo Romeu Filho. A relatora é a conselheira Lucia Zacheu. O assunto é: trata-se de  
511 uma mensagem eletrônica enviada pelo senhor Paulo Romeu Filho aos membros do  
512 CONADE referente à manifestação feita pelo Presidente da Federação das Indústrias  
513 do Estado de Minas Gerais em relação ao emprego inclusivo, solicitando uma resposta  
514 deste conselho enquanto órgão maior “Enquanto órgão maior de representação dos  
515 brasileiros com deficiência, àqueles que pretendem solapar o direito das pessoas com  
516 deficiência ao trabalho”. Análise: a mensagem retrata como o Presidente da Federação

517 das Indústrias do Estado de Minas Gerais acredita do por que da sobra de vagas nas  
518 empresas para pessoas com deficiência. O presidente aponta que embora a missão  
519 das empresas como agente de transformação e inclusão social ainda não conseguiu  
520 atingir o objetivo quanto à colocação das pessoas com deficiência no mercado de  
521 trabalho. Segundo o texto a partir dos estudos efetuados pela federação junto ao  
522 Instituto Evaldo Loide e utilizando o resultado encontrado no censo demográfico de  
523 2000 realizado pelo IBGE o Presidente da federação afirma que deva haver uma  
524 revisão para se adequar à realidade do mercado de trabalho objetivando efetivamente  
525 a produção dos resultados a que se propõe a Lei 8213. O documento também aponta  
526 que um grande número de pessoas com deficiência não se interessa pelo mercado de  
527 trabalho porque opta pelo programa social do governo, como o BPC, Benefício de  
528 Prestação Continuada, bem como as aposentadorias por invalidez. O presidente da  
529 federação continua afirmando que quando as pessoas com deficiência decidem pelo  
530 mercado de trabalho preferem pelos concursos públicos em função das cotas que lhe  
531 são asseguradas, sugerindo que assim eles têm mais segurança. Conforme a  
532 mensagem o presidente da federação afirma que na indústria se exige trabalhadores  
533 cada vez mais preparados e que há grande dificuldade de empregar pessoas com  
534 deficiência, e continua afirmando que estes são preferencialmente absorvidos pelo  
535 comércio e pelo setor de serviços, mas não explica por que. O presidente da federação  
536 pensa em valorizar o serviço terceirizado e programas de profissionalização e  
537 contratação das chamadas oficinas protegidas, sugerindo ver à pessoa com deficiência  
538 com pouca capacidade de estar no mercado de trabalho competitivo. Porém, ao  
539 mesmo tempo em que o presidente da federação afirma que as pessoas com  
540 deficiência não estão qualificadas para assumirem um lugar nas indústrias por diversos  
541 motivos apresentados ele aponta a necessidade das pessoas com deficiência estarem  
542 em trabalho protegido e/ou estarem prestando serviço bem como programas de  
543 profissionalização. E ainda, o presidente da federação acredita que as propostas se  
544 levadas à sociedade para uma ampla discussão contribuirá para aperfeiçoar a Lei 8213  
545 de forma a cumprir o objetivo de garantir a efetiva inserção das pessoas com  
546 deficiência no mercado de trabalho. Ao término do texto o presidente da federação faz  
547 uma lista de propostas para a revisão começando pela mudança dos percentuais de  
548 cotas, fala da alteração que deverá ocorrer no conceito de pessoas com deficiência,  
549 aponta que deverá haver a inclusão do aprendiz no percentual de cotas, bem como,  
550 deva ter estabelecimento de critérios de regionalização para facilitar a contratação nas  
551 proximidades das empresas. Assim como menciona mapear as áreas de risco nas

552 quais a contratação de pessoas com deficiência não é recomendada sugerindo ver à  
553 pessoa com deficiência como um impossibilitado e tenta protegê-lo. Dessa forma as  
554 sugestões propostas pelo responsável pela federação geraram um desconforto ao  
555 mandatário da mensagem eletrônica que solicita ao CONADE providências cabíveis  
556 junto à referida federação. Conclusão: diante do exposto a relatora assim que recebeu  
557 o presente processo em fevereiro de 2008 entrou em contato com o Presidente do  
558 Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência do Estado de Minas Gerais que está  
559 Conselheiro do CONADE nessa gestão, senhor Maurício para saber se ele tinha  
560 conhecimento do conteúdo da mensagem eletrônica do senhor Paulo Romeu Filho; e  
561 ao mesmo tempo em que denunciava pedia ao CONADE para enviar uma resposta ao  
562 presidente da federação. O **conselheiro Maurício Peçanha** então informou que já  
563 havia uma tentativa de reunião entre o conselho estadual e a Federação, mas que num  
564 primeiro momento não foi possível a realização da mesma. Em outro momento o diretor  
565 da federação convidou o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência de Minas  
566 Gerais e propôs uma reunião junto ao Conselho de Previdência Social, Gerência  
567 Contagem, para esclarecimentos. Essa reunião foi realizada em 27 de março de 2008  
568 com a participação do Ministério Público, a Gerência da Previdência Social, o Sindicato  
569 dos Metalúrgicos de Betim, Contagem e Belo Horizonte, SUS, DRT, associação e  
570 Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência de Minas Gerais, CIEMG, Confederação  
571 das Indústrias e a Federação das Indústrias. Nesta ocasião a federação e a  
572 confederação se pronunciaram a favor de uma parceria tanto na qualificação como  
573 também nas adequações necessárias para o preenchimento das cotas. Conforme  
574 ofício apensado ao presente processo encaminhado pelo Conselho Estadual de Defesa  
575 dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – COMPEDE, de Minas Gerais, os  
576 referidos órgãos não tinham tantas informações e o COMPEDE propôs trabalhar em  
577 parceria para que as dificuldades fossem sanadas. Neste ofício o senhor Presidente do  
578 COMPEDE informa que cabe ao COMPEDE, as diligências bem como  
579 acompanhamento das ações dos municípios de sua competência e jurisdição como já  
580 vem atuando. Segundo o Presidente do COMPEDE, o Conselheiro Maurício, o Estado  
581 de Minas Gerais tem avançado muito com relação à empregabilidade da pessoa com  
582 deficiência, pois hoje possui um fórum pró-trabalho com atuação de vários segmentos  
583 importantes como o Ministério Público, Delegacia do Trabalho, entidades de classe,  
584 representantes de empregadores e empregados. A conselheira **Lucia Zacheu** explicou  
585 que foi situado dentro de um conceito de uma inclusão eficiente, ou seja, cumpra-se a  
586 cota, mas se valoriza a inclusão e não a colocação. Dentro deste conceito o presidente

587 do COMPEDE, Sr. **Maurício Peçanha** ressalta que o sub-tema das conferências  
588 municipais e dos fóruns tratou o foco de todas as interfaces com relação às pessoas  
589 com deficiência. “Não queremos ser colocados e sim incluídos”, Quanto aos avanços:  
590 hoje as empresas se situam em estar qualificando àqueles que não têm qualificação  
591 como também o estímulo à questão da escolaridade. O Presidente do COMPEDE  
592 conclui dizendo que: “Estamos construindo uma nova forma de inclusão”.  
593 Encaminhamento: Cabe ao CONADE uma resposta eletrônica ao senhor Paulo Romeu  
594 Filho, informando a situação da matéria em questão, com cópia para o COMPEDE e  
595 sugerindo ao denunciante que acompanhe este assunto junto ao COMPEDE caso seja  
596 de seu interesse. A comissão sugere que o assunto mercado de trabalho. A comissão  
597 sugere que o assunto mercado de trabalho e cumprimento das leis de cota e  
598 posicionamento da FEBRABAN, FIEMG e outras, sejam temas de discussão junto aos  
599 conselheiros com o objetivo de ser tirada uma resolução do CONADE sobre as  
600 matérias, pois sentimos falta de uma para responder ao denunciante que pede a  
601 posição deste conselho. A comissão quis saber se tinha alguma coisa já dentro do  
602 CONADE, uma resolução que contemplasse toda vez que alguém viesse fazer uma  
603 denúncia nesse sentido, mas não encontrou. Então a comissão entendeu que há  
604 necessidade de fazer algo parecido para que evite mais tarde acontecer de alguma vir  
605 fazer um questionamento desse o Conade tenha que se debruçar ao município, a cada  
606 município. O outro processo é sobre a Política Nacional de Educação Especial na  
607 Perspectiva da Inclusão. É o processo 65/2007, que chegou para a relatoria em  
608 fevereiro de 2008. Quando foi discutido na comissão, a **Conselheira Martinha Clarete**  
609 **(MEC)** disse que já era matéria vencida, pois tratava de um novo texto sobre a Política  
610 Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, porque o primeiro foi  
611 elaborado pelo mesmo grupo e houve uma discussão bem ampla, mas parece que ele  
612 não foi aceito na íntegra. Então algumas solicitações foram feitas para que houvesse  
613 mudança no texto. Foi apresentado então um novo texto. Em cima desse novo texto é  
614 esse o assunto: trata-se de um novo texto sob a Política Nacional de Educação  
615 Especial na Perspectiva da Inclusão elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela  
616 portaria 555 de 2007, prorrogada pela portaria número 948/2007, entregue ao Ministro  
617 da Educação em 07/01/2008. Encaminhado pela Secretaria de Educação Especial do  
618 Ministério da Educação em janeiro de 2008 ao CONADE para análise e parecer,  
619 visando à construção de políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade  
620 para todos. Análise: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da  
621 Inclusão segue algumas orientações, recomendações e considerações dos grandes

622 marcos históricos muito significativos para o segmento das pessoas com deficiência.  
623 Se a política que ora se apresenta pretende ser inclusiva, efetiva, duradoura, e, incidir  
624 sobre as relações institucionais necessita comportar ajustes e reconsiderações no  
625 sentido da clareza das propostas e diretrizes estabelecidas. A mera troca de nome, de  
626 espaços físicos como no caso de sala de recursos por sala multifuncionais não  
627 minimiza o enfrentamento da discussão teórica e prática que é de oferecer acesso e  
628 qualidade a todos os educandos, inclusive aqueles com necessidades educacionais  
629 especiais. Este enfrentamento é que se faz urgente para ser assumido por todos os  
630 segmentos sociais: conselhos, universidades, secretarias estaduais e municipais de  
631 educação, escola de referência para o atendimento a este alunado, sejam elas  
632 regulares, especiais ou inclusivas. Uma política deve emanar de um princípio de  
633 garantia das legislações já existentes sob pena de estar violando direitos já  
634 conquistados. Cabe neste momento ao Ministério da Educação, através da Secretaria  
635 de Educação Especial zelar por uma política que cumpra as legislações já existentes e  
636 integrantes de um ordenamento jurídico já constituído, cabendo então, acompanhar e  
637 fiscalizar a garantia desses direitos a todos os cidadãos dos 5.564 municípios  
638 brasileiros; o que já está prescrito no Plano Nacional de Educação de 2001, que  
639 determina 5 anos como prazo para avaliação das 28 metas propostas a partir de sua  
640 publicação. A sociedade precisa debater exaustivamente as 28 metas da legislação em  
641 vigor, ou seja, que se cumpra e se faça cumprir o Capítulo 8 da Lei 10172 que versa  
642 sobre a educação especial em todos os municípios brasileiros. Certas organizações da  
643 Sociedade Civil de natureza filantrópica, algumas envolvem os pais de pessoas com  
644 deficiência, têm sido historicamente um exemplo de compromisso e de eficiência no  
645 atendimento educacional dessa clientela, notadamente desde a etapa da educação  
646 infantil. Tratando-se de metas gerais para o conjunto da nação será preciso como  
647 desdobramento adequação às especificidades locais e definição de estratégias  
648 adequadas a cada circunstância, elaboração de planos estaduais e municipais. Cabe  
649 ressaltar que as instituições não são contra a política de educação especial, mas sim a  
650 forma com que ela está sendo tratada, porém da análise do relatório entendemos não  
651 obstante que dos avanços que procura trazer há alguns equívocos do ideal para o real.  
652 Encaminhamento: assim sendo, para que haja um efetivo acompanhamento e  
653 participação da sociedade na construção de políticas públicas para uma educação de  
654 qualidade e que garanta a efetiva inclusão, faz-se necessário sugerirmos ao CONADE  
655 o encaminhamento de ofício aos conselhos estaduais, solicitando que participem das  
656 discussões sobre educação especial na perspectiva da inclusão; incentivando e

657 convidando os conselhos municipais de sua jurisdição a conhecerem as legislações  
658 pertinentes sobre a matéria com o objetivo de assegurar que a política seja implantada  
659 nos 5564 municípios da nossa federação, sem prejuízo para a sociedade, respeitando  
660 a peculiaridade de cada pessoa. E para subsidiar os debates e as discussões sugeriu-  
661 se alguns itens para reflexão: é preciso superar o debate legalista jurídico do direito à  
662 educação que já temos garantido na própria Constituição Federal, e partir para uma  
663 reflexão sobre as necessidades pedagógicas para: (1) a garantia do percurso e do  
664 sucesso escolar dos estudantes com deficiência no contexto das escolas comuns; (2) é  
665 preciso reconhecer o risco do desmonte da rede social instalada para atendimento  
666 educacional de estudantes com deficiência tendo como base o mero desejo de  
667 transformação das escolas comuns (que sempre tiveram a obrigação de atender  
668 pessoas com deficiência e que não se organizaram para tal); (3) é preciso considerar a  
669 pluralidade dos processos de aprendizagem dos estudantes, marcadamente no caso  
670 daqueles com deficiência intelectual e resguardar a pluralidade de modalidades,  
671 metodologias, alternativas de ensino; (4) é preciso entender que a busca por matrícula  
672 nas escolas comuns deveria ser resultado da sua maior e melhor adequação ao ensino  
673 e aprendizagem desses estudantes com deficiência e não da simples extinção das  
674 escolas especiais; (5) é preciso considerar que nem todas as escolas especiais  
675 existentes no Brasil atualmente têm vocação para se transformarem em centro de  
676 atendimento especializado, pois desenvolveram sua capacidade para condução da  
677 escolarização de pessoa com deficiência, com enriquecimento e adequações  
678 curriculares e qualificação profissional, negá-las o direito de escolarizar é reduzir  
679 oportunidades de formação de milhares de pessoas com deficiência que a elas  
680 recorrem; (6) a inexistência de outras oportunidades de realização de um percurso  
681 escolar para esses estudantes com deficiência poderá implicar no retorno desses  
682 estudantes ao atendimento clínico, ao setor de saúde, o que seria um retrocesso e uma  
683 desconsideração dos direitos educacionais já adquiridos; (7) a transformação das  
684 escolas especiais em centros de atendimento especializado poderá mascarar as  
685 transformações necessárias à escola comum na efetiva inclusão das pessoas com  
686 deficiência, uma vez que a eles caberão as atribuições mais diretamente ligadas ao  
687 atendimento, acompanhamento, progressão escolar de estudantes deficientes; (8) Não  
688 há no desenho proposto na política nacional sinais de mudança expressiva na definição  
689 dos centros de atendimento especializado, o que pode implicar efetivamente numa  
690 mera mudança de nomenclatura; (9) Na educação, como na saúde, cabe ao estado  
691 organizar-se para assegurar universalidade e equidade, mas não a exclusividade na

692 oferta de serviços e ações; (10) Há uma diferença importante na forma de organização  
693 da educação para pessoas com deficiência nas organizações sociais que parece não  
694 estar presente nas discussões feitas na construção da política nacional, e que precisa  
695 ser devidamente debatida, pois implica diretamente no desenvolvimento escolar desse  
696 segmento: a atenção integral ao estudante. A **conselheira Elyria** entrevistou dizendo que  
697 a conselheira Lucia Zacheu havia dado sua interpretação para o caso. Disse que na  
698 época era conselheira e recebeu lá em Taboão da Serra, no Conselho, as informações  
699 de qual era essa política, participou desse debate. Acha que muitos municípios  
700 receberam também, e nas conferências, em todos os encontros relacionados à questão  
701 da pessoa com deficiência, dentro do tema da educação isso é trazido. Acha que o  
702 Conselho pode reforçar isso, esse encaminhamento de chegar essa informação para  
703 que haja esse debate, mas há necessidade de aprofundar esse debate no Conade para  
704 que tenham um posicionamento único em relação à política, assim como ao trabalho, a  
705 questão é a política de educação. O outro processo é o relatório da segunda sessão  
706 plenária deliberativa da Assembléia Parlamentar Euro Latino Americana – EUROLAT.  
707 É um processo que não foi discutido na comissão porque não houve tempo. O  
708 **presidente Alexandre** lembrou que não tem como discutir um processo no plenário  
709 antes de passar pela comissão. Assim, os processos vão ter que ser discutidos na  
710 comissão para poder vir para a plenária. O próximo assunto é: sexualidade da pessoa  
711 com deficiência. Processo 45/2006, a **conselheira Elyria** é a relatora. Trata-se de  
712 solicitação feita ao CONADE para iniciar discussão sobre a sexualidade da pessoa com  
713 deficiência para a criação de políticas públicas. O encaminhamento dado foi à  
714 realização de um seminário: sexualidade, abordagem às questões específicas  
715 relacionadas à pessoa com deficiência. Dada a falta de condições para realizar o  
716 seminário neste semestre, foi feita a proposta de incluir a discussão deste tema no  
717 formato painel, durante a 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com  
718 Deficiência. Encaminhamento: Foi feita a solicitação para inserção do painel sobre o  
719 tema da sexualidade ao CONADE no dia 03/07/2008. O presidente fez uma questão de  
720 encaminhamento com relação à votação do relatório, dizendo não haver nenhuma  
721 discordância com relação aos encaminhamentos do relatório, com exceção da questão  
722 do processo da Educação Inclusiva, que ficaria no aguardo. Esclareceu que a proposta  
723 que o conselheiro Márcio fez de uma resolução com relação à questão do trabalho e o  
724 conselheiro Maurício emenda tem que ser mais ampla do que uma resolução; e que vai  
725 de encontro ao que o conselheiro Rogério colocou. Lembrou que tem um debate a ser  
726 feito sobre educação e trabalho para a Conferência, que a comissão de atos já se

727 pronunciou, e que o Conade já votou e deliberou contrários ao PL 112 do Sarney. A  
728 demanda da CORDE foi muito rápida, porque foi recebida a informação do Senado que  
729 o PL do Senador Sarney iria andar muito depressa dentro do Senado e que obviamente  
730 isso poderia trazer problemas. Então já contempla um pouco a necessidade de o  
731 CONADE mais uma vez se pronunciar contrário a qualquer tipo de proposta de lei que  
732 altere a questão do trabalho e outros direitos já conquistados. Então isso já satisfaz  
733 essa demanda que foi colocada. Na discussão agora em outubro sobre o trabalho e  
734 sobre a educação o Conade pode se fortalecer não só para eventualmente uma  
735 próxima resolução ou próxima discussão, mas como o conselheiro Rogério coloca de  
736 forma precisa, para a Conferência Nacional. Para o presidente, na Conferência  
737 Nacional é que os atores discutirão, e aí a questão da Agenda Social vem e vai ter que  
738 permear a fala de todos os painelistas. Eles vão ter que mostrar nas cinco áreas,  
739 porque as cinco áreas são atendidas pela Agenda Social. O conselheiro **Márcio Aguiar**  
740 manifestou a preocupação se haveria tempo até outubro para tomar uma posição clara  
741 com relação à questão do trabalho, porque quando querem passar a perna é votação  
742 no último dia, quando quer aprovar estatuto ou qualquer outra coisa se vota em bloco  
743 no último dia, quando apagou a luz, quando sabe lá se tinha até quorum, ainda mais  
744 em se tratando, por exemplo, do projeto 112 do Senador Sarney que tem bastante  
745 influência naquela casa. Do projeto 274 também, enfim, a preocupação é se há esse  
746 tempo ainda de debater em outubro. O presidente **Alexandre Baroni** esclareceu que a  
747 proposta é que nesse caso especificamente o PL 112 já está com a manifestação  
748 contrária a ele e no caso do PL 274 que está na Câmara é só avaliar porque na  
749 verdade ele é no mesmo caminho. Ou seja, se eventualmente não tiver tempo, se faria  
750 a mesma coisa que feita com o PL 112, porque não tem nenhuma diferença, não tem  
751 nenhum tipo de posição diferente de um para o outro. Após as discussões foi aprovado  
752 o relatório da Comissão de Políticas. COMISSAO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
753 PÚBLICAS – O conselheiro **Marcos Bandeira** (Ministério dos Transportes) fez o relato  
754 da comissão permanente de orçamento e finanças públicas, a qual é composta pelo  
755 Conselheiro Alexandre Baroni, CVI, Maria Naíse, ONEDEF, Ronaldo Tavares, FEBEC,  
756 Rosângela Silva Santos, FARBRA, José Veríssimo da Silva, Suplente do Ministério dos  
757 Transportes, e Marcos Bandeira como coordenador. Relatou que uma das coisas  
758 observadas na comissão é a grande dificuldade em cada reunião da presença efetiva  
759 de todos os membros conselheiros, sobretudo, dos conselheiros governamentais. A  
760 presença dos conselheiros da sociedade civil tem sido constante, mas infelizmente os  
761 conselheiros governamentais não têm estado presente. O ponto inicial colocado para a

762 foi de que forma poderia elaborar, qualificar, dar mais qualidade aos trabalhos da  
763 comissão permanente de orçamento, de forma a atender ao CONADE em relação à  
764 parte orçamentária. Os itens que foram discutidos. Primeiro, iniciou-se a discussão  
765 sobre o acompanhamento da política nacional de integração da pessoa com deficiência  
766 por meio das ações que integram a Agenda Social, direito de cidadania da pessoa com  
767 deficiência. O segundo item: constataram-se as dificuldades técnicas de identificar as  
768 ações da Agenda Social nos sistemas de informações gerenciais do governo que  
769 integram a Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência. O outro item:  
770 constatou-se a necessidade de um mecanismo de informação periódica e acessíveis  
771 no sentido de que a comissão possa subsidiar o CONADE sobre o desempenho da  
772 execução orçamentária financeira acerca das políticas públicas do segmento da  
773 pessoa com deficiência. Tendo em vista a 2ª Conferência Nacional dos Direitos da  
774 Pessoa com Deficiência, a Comissão tem por objetivo contribuir com proposta para o  
775 CONADE no sentido de que se viabilize a demanda dos delegados frente às ações que  
776 vem sendo desenvolvidas nas três esferas do governo. A intenção é subsidiar os  
777 delegados nas três esferas: federal, estadual e municipal, com informação dos  
778 programas que vem sendo desenvolvidos pelo governo. Chegou-se a uma conclusão  
779 da necessidade de realizarmos uma reunião no próximo mês por um período que pode  
780 ser dois a três dias e nessa reunião convidaríamos representantes do Ministério do  
781 Planejamento para que eles possam subsidiar os nossos trabalhos e elaborarmos um  
782 instrumento de informações com o objetivo direcionado à Conferência Nacional. Esse  
783 encaminhamento é propor um plano de trabalho através de reuniões extraordinárias a  
784 fim de se organizar a Agenda de Atividade da Comissão, bem como, as estratégias e  
785 metodologias para acompanhamento da execução orçamentária financeira junto às  
786 áreas técnicas competentes para: identificar quais são os órgãos responsáveis pelas  
787 ações e seus respectivos índices para acompanhamento e detalhamento da execução  
788 orçamentária e sistema de informação disponível para consulta periódica e  
789 levantamento de dados com o grupo gestor da Agenda Social. Nesse grupo de trabalho  
790 se propõe identificar os órgãos responsáveis pelas ações que estão na Agenda Social  
791 e a Secretaria Especial de Direitos Humanos baixou uma resolução criando um grupo  
792 gestor, e nesse grupo gestor tem representantes de cada um dos setores que  
793 compõem a Agenda Social: educação e saúde, cidades, trabalho e planejamento.  
794 Outro item: solicitar aos órgãos competentes os relatórios de gestão pertinentes as  
795 ações que integram a Agenda Social, Direito de Cidadania da Pessoa com Deficiência,  
796 isso é uma continuidade do trabalho. Então o primeiro passo convidando o

797 representante do planejamento e como segundo passo o processo de  
798 acompanhamento dos nossos trabalhos. Solicitar apoio técnico permanente ou habitual  
799 junto a Secretaria Especial de Direitos Humanos para execução de tarefa com a  
800 supervisão dos conselheiros da comissão. A intenção é conhecer o que é desenvolvido  
801 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos na parte orçamentária, na parte técnica.  
802 O que eles podem fazer para contribuir, para qualificar o trabalho do Conade. O setor  
803 da área de orçamento da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Então a proposta é  
804 que a comissão de orçamento, a comissão permanente de orçamento possa se reunir  
805 no mês de outubro. É uma proposta à plenária, que a comissão de orçamento se reúna  
806 no mês de outubro porque um trabalho deste de levantamento, de pesquisa de  
807 orçamento, não pode ser feito em uma manhã de reunião do CONADE, tem que ser  
808 feito num período de dois, três dias, então convidando o representante do  
809 Planejamento, poderia se montar um trabalho e com esse trabalho não só vai contribuir  
810 para a Conferência como também para as reuniões do CONADE. Aprovado o relatório  
811 da comissão de Orçamento e Finanças Públicas. COMISSAO DE COMUNICAÇÃO  
812 SOCIAL – O conselheiro **Janilton Fernandes** (CNC) esclareceu que a comissão não  
813 tem nada a ser deliberado que precise de votação da plenária, ou seja, vai ser  
814 meramente de conhecimento. Irão passar por e-mail para conhecimento e até alguma  
815 sugestão para encaminhamentos que vão ter porque já havia sido deliberado  
816 anteriormente. **7. Encerramento:** O presidente do CONADE, Sr. **Alexandre Carvalho**  
817 **Baroni**, agradeceu a todos os presentes e encerrou a Sessão.

818

819

820

**ALEXANDRE CARVALHO BARONI**

821

Presidente do CONADE

822